



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **4001593-93.2013.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Acidente de Trânsito**  
 Requerente: **JURLEIDE BARBOSA CARVALHO**  
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

JURLEIDE BARBOSA CARVALHO, qualificada na inicial, ajuizou ação de Procedimento Ordinário em face de PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS, também qualificada, alegando tenha sido vítima de acidente de trânsito ocorrido em 15 de dezembro de 2010 e do qual restaram-lhe lesões permanentes, com invalidez para o trabalho, de modo que pretende a condenação da ré ao pagamento da indenização do seguro DPVAT no valor de R\$ 9.450,00.

A ré contestou o pedido sustentando ilegitimidade passiva, pois que o polo passivo deveria ser ocupado pela *Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A*, apontando ainda carência de interesse processual do autor, alegando falta de laudo do IML; no mérito quitação da obrigação pelo pagamento administrativo, contestando ainda que a invalidez do autor seja superior à apontada em processo administrativo, de modo a concluir pela improcedência da ação e, alternativamente, pela aplicação da tabela SUSEP para fixação do valor da indenização, dada a impossibilidade de vinculação ao salário mínimo, com juros de mora contados da citação e correção monetária do ajuizamento da ação.

O feito foi instruído com prova pericial médica, sobre a qual as partes se manifestaram, reiterando suas postulações.

É o relatório.

DECIDO.

Não é caso de ilegitimidade passiva: “*inadmissível a pretensão de inclusão no pólo passivo da ação de cobrança da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT*” (cf. Ap.nº 990092573098 - 32ª Câmara de Direito Privado TJSP - 12/11/2009<sup>1</sup>), já que “*em caso de acidente, o beneficiário pode reclamar a indenização na seguradora de sua preferência*”<sup>2</sup>.

Também não falta documento essencial à propositura da ação: “*Acidente de veículo. Seguro Obrigatório. Ação de cobrança. Invalidez total e permanente. 1. O laudo do Instituto Médico Legal é documento dispensável quando o conjunto probatório dos autos é suficiente para convencer a completa incapacidade da vítima. Preliminar rejeitada*” (cf. Ap. 9177086-24.2008.8.26.0000 - 25ª Câmara de Direito Privado TJSP - 13/06/2012<sup>3</sup>).

Quanto ao pagamento administrativo, cumpre destacar que “*existência de*

<sup>1</sup> www.esaj.tjsp.jus.br

<sup>2</sup> JTACSP - Volume 147 - Página 129.

<sup>3</sup> www.esaj.tjsp.jus.br



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**5ª VARA CÍVEL**  
**RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*quitação dada pelo autor que não o impede de pleitear alguma verba que não tenha integrado o “quantum” recebido” (cf. Ap. n. 680.591-2 – 2ª Câmara Especial de Julho de 1996 “B” do 1º TACSP<sup>4</sup>).*

O laudo pericial médico apurou uma redução da capacidade de trabalho da autora, permanente, da ordem de 17,5% e é claro ao apontar a seqüela: *“limitação funcional leve do quadril esquerdo, com incapacidade parcial, incompleta e permanente”* (fls. 147).

Para fins de se fixar um percentual da incapacidade da pessoa da autora, para o trabalho, o laudo foi claro: *“A perda funcional completa de um dos membros inferiores equivale a dano patrimonial físico de 70%, no caso do autor o comprometimento da mobilidade do membro inferior é de magnitude leve, logo, 70% X 25% = 17,50%. Há dano patrimonial físico sequelar estimado em 17,50% em analogia a Tabela do DPVAT”* (fls. 147).

O limite máximo legal estabelecido para o pagamento é de R\$ 13.500,00, e deve ser observado, inclusive como norte em relação ao grau de incapacidade auferido, nos termos da Súmula nº 474, do STJ, que aduz: *“A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez”*.

No presente caso, portanto, a indenização que seria devida em favor da autora era de R\$ 2.362,50 (dois mil trezentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), correspondente ao percentual de 17,50% do valor total da indenização máxima de R\$ 13.500,00. Ocorre que a autor já recebeu administrativamente o valor de R\$ 2.531,23, ou seja, valor superior ao constatado no laudo pericial realizado, ou seja, havendo quitação das verbas devidas em favor da autora.

A autora sucumbe e deve arcar com o pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente ação, e CONDENO a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 10% do valor da causa, atualizado, prejudicada a execução desta sucumbência enquanto perdurarem as condições que motivaram o deferimento do benefício da assistência judiciária gratuita.

P. R. I.

São Carlos, 26 de janeiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

<sup>4</sup> JTACSP - Volume 161 - Página 212.